

Maria Sylvia Zanella
Di Pietro

DIREITO
ADMINISTRATIVO

32^a revista,
edição atualizada
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 14.01.2019

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.
-

D524d

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella

Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 32. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8458-8

1. Direito administrativo – Brasil. I. Título.

18-54384

CDU: 342.9(81)

Vanessa Mafra Xavier Salgado - Bibliotecária - CRB-7/6644

11/11/2019

Sumário

Capítulo 1	O Direito Administrativo	1
1.1	Formação do Direito Administrativo.....	1
1.2	Fundamentos filosóficos e constitucionais do Direito Administrativo.....	4
1.3	Contribuição do direito francês.....	8
1.4	Direito Administrativo alemão	12
1.5	Direito Administrativo italiano.....	14
1.6	Direito Administrativo anglo-americano	15
1.7	Direito Administrativo brasileiro.....	23
1.8	O Direito Administrativo brasileiro sob influência do direito estrangeiro: sistemas de base romanística, do <i>common law</i> e do direito comunitário europeu.....	26
1.9	Transformações do Direito Administrativo brasileiro.....	30
1.10	Objeto do Direito Administrativo	44
1.11	Métodos de estudo	47
1.11.1	Escola legalista, exegetica, empírica ou caótica	47
1.11.2	O estudo do Direito Administrativo jurisprudencial	48
1.11.3	Direito Administrativo e Ciência da Administração.....	49
1.11.4	Critério técnico-científico de estudo do Direito Administrativo.....	50
1.12	Fontes do Direito Administrativo.....	50
1.13	Conceito de Direito Administrativo	64
1.13.1	Escola da <i>puissance publique</i>	64
1.13.2	Escola do serviço público	65
1.13.3	Critério do Poder Executivo	66
1.13.4	Critério das relações jurídicas.....	66
1.13.5	Critério teleológico.....	67
1.13.6	Critério negativo ou residual	67
1.13.7	Critério da distinção entre atividade jurídica e social do Estado.....	68
1.13.8	Critério da Administração Pública	68
1.13.9	Nossa definição.....	69
Capítulo 2	Administração Pública.....	73
2.1	O vocábulo administração.....	73
2.2	A expressão Administração Pública	74
2.3	Administração pública e governo.....	74
2.3.1	Aspecto objetivo	74

2.3.2	Aspecto subjetivo.....	76
2.4	Administração pública em sentido estrito.....	78
2.5	Administração pública em sentido objetivo.....	78
2.6	Administração pública em sentido subjetivo.....	81
Capítulo 3	Regime Jurídico Administrativo.....	85
3.1	Regimes público e privado na Administração Pública.....	85
3.2	Regime jurídico administrativo.....	86
3.3	Reflexos da LINDB sobre o Direito Administrativo.....	88
3.4	Princípios da Administração Pública.....	91
3.4.1	Legalidade.....	92
3.4.2	Supremacia do interesse público.....	93
3.4.3	Impessoalidade.....	95
3.4.4	Presunção de legitimidade ou de veracidade.....	96
3.4.5	Especialidade.....	97
3.4.6	Controle ou tutela.....	97
3.4.7	Autotutela.....	98
3.4.8	Hierarquia.....	98
3.4.9	Continuidade do serviço público.....	99
3.4.10	Publicidade.....	99
3.4.11	Moralidade administrativa.....	104
3.4.12	Razoabilidade e proporcionalidade.....	107
3.4.13	Motivação.....	109
3.4.14	Eficiência.....	111
3.4.15	Segurança jurídica, proteção à confiança e boa-fé.....	112
3.4.15.1	Segurança jurídica.....	112
3.4.15.2	Proteção à confiança.....	114
3.4.15.3	Boa-fé.....	115
3.4.15.4	Aplicação dos princípios da segurança jurídica, boa-fé e proteção à confiança.....	116
3.5	Poderes da Administração.....	117
3.5.1	Normativo.....	118
3.5.2	Disciplinar.....	121
3.5.3	Decorrentes da hierarquia.....	123
Capítulo 4	Serviços Públicos.....	129
4.1	Conceito.....	129
4.1.1	Serviço público em sentido amplo.....	129
4.1.2	Serviço público em sentido restrito.....	132
4.1.3	Evolução.....	133
4.1.4	Conclusões quanto ao conceito.....	135
4.2	Elementos da definição.....	136
4.2.1	Elemento subjetivo.....	136
4.2.2	Elemento formal.....	137
4.2.3	Elemento material.....	137
4.3	Crise na noção de serviço público.....	138
4.4	Princípios.....	140
4.5	Classificação.....	142
4.6	Formas de gestão.....	146

Capítulo 5	Poder de Polícia	151
5.1	Introdução	151
5.2	Evolução	151
5.3	Conceito	153
5.4	Polícia administrativa e judiciária.....	154
5.5	Meios de atuação.....	155
5.6	Características	155
5.7	Limites	158
Capítulo 6	Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada	163
6.1	Evolução	163
6.2	Modalidades.....	163
6.3	Fundamento.....	164
6.4	Função social da propriedade.....	166
6.5	Limitações administrativas.....	169
6.6	Ocupação temporária.....	171
6.7	Requisição administrativa.....	174
6.8	Tombamento.....	175
6.8.1	Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional	175
6.8.2	Conceito e características	176
6.8.3	Objeto.....	177
6.8.4	Modalidades.....	178
6.8.5	Procedimento.....	178
6.8.6	Efeitos.....	181
6.8.7	Natureza jurídica	184
6.9	Servidão administrativa	185
6.9.1	Servidão na teoria geral do direito.....	185
6.9.2	Servidão de direito privado e de direito público.....	185
6.9.3	Servidão administrativa e limitação administrativa.....	186
6.9.4	Conceito.....	187
6.9.5	Forma de constituição.....	187
6.9.6	Extinção	188
6.9.7	Direito à indenização	189
6.9.8	Modalidades.....	190
6.9.8.1	Servidão sobre terrenos marginais.....	190
6.9.8.2	Servidão a favor das fontes de água mineral, termal ou gasosa e dos recursos hídricos	190
6.9.8.3	Servidão sobre prédios vizinhos de obras ou imóvel pertencente ao patrimônio histórico e artístico nacional.....	191
6.9.8.4	Servidão em torno de aeródromos e heliportos.....	191
6.9.8.5	Servidão militar.....	191
6.9.8.6	Servidão de aqueduto	192
6.9.8.7	Servidão de energia elétrica.....	192
6.10	Desapropriação.....	193
6.10.1	Evolução no direito brasileiro.....	193
6.10.2	Conceito.....	194
6.10.3	Modalidades de desapropriação sancionatória	195
6.10.4	Procedimento.....	198

6.10.5	Sujeitos ativo e passivo.....	202
6.10.6	Pressupostos.....	203
6.10.7	Objeto.....	204
6.10.8	Indenização.....	206
6.10.9	Natureza jurídica.....	211
6.10.10	Imissão provisória na posse.....	212
6.10.11	Destino dos bens desapropriados.....	215
6.10.12	Desapropriação indireta.....	218
6.10.13	Retrocessão.....	220
Capítulo 7	Atos Administrativos.....	229
7.1	Fatos da Administração.....	229
7.2	Atos da Administração.....	229
7.3	Origem da expressão.....	230
7.4	Conceito.....	231
7.5	Ato administrativo e produção de efeitos jurídicos.....	234
7.6	Atributos.....	235
7.6.1	Presunção de legitimidade e veracidade.....	235
7.6.2	Imperatividade.....	237
7.6.3	Autoexecutoriedade.....	238
7.6.4	Tipicidade.....	239
7.7	Elementos.....	239
7.7.1	Sujeito.....	240
7.7.2	Objeto.....	243
7.7.3	Forma.....	244
7.7.4	Finalidade.....	246
7.7.5	Motivo.....	247
7.8	Discricionariedade e vinculação.....	248
7.8.1	Conceito.....	248
7.8.2	Justificação.....	249
7.8.3	Âmbito de aplicação da discricionariedade.....	250
7.8.4	Legalidade e mérito do ato administrativo.....	253
7.8.5	Limites da discricionariedade e controle pelo Poder Judiciário.....	256
7.9	Classificação.....	258
7.10	Atos administrativos em espécie.....	262
7.10.1	Quanto ao conteúdo.....	263
7.10.1.1	Autorização.....	263
7.10.1.2	Licença.....	265
7.10.1.3	Admissão.....	265
7.10.1.4	Permissão.....	265
7.10.1.5	Aprovação.....	266
7.10.1.6	Homologação.....	266
7.10.1.7	Parecer.....	267
7.10.1.8	Visto.....	269
7.10.2	Quanto à forma.....	269
7.10.2.1	Decreto.....	269
7.10.2.2	Resolução e portaria.....	270
7.10.2.3	Circular.....	271

7.10.2.4	Despacho	271
7.10.2.5	Alvará	271
7.11	Extinção	271
7.11.1	Modalidades	271
7.11.2	Anulação ou invalidação	272
7.11.2.1	Conceito, efeitos e natureza	272
7.11.2.2	Vícios: peculiaridades no Direito Administrativo	274
7.11.2.3	Vícios relativos ao sujeito	275
7.11.2.4	Vícios relativos ao objeto	277
7.11.2.5	Vícios relativos à forma	278
7.11.2.6	Vícios quanto ao motivo	278
7.11.2.7	Vícios relativos à finalidade	278
7.11.2.8	Consequências decorrentes dos vícios	279
7.11.2.9	Atos administrativos nulos e anuláveis	281
7.11.2.10	Convalidação	281
7.11.2.11	Confirmação	284
7.11.3	Revogação	284
Capítulo 8	Contrato Administrativo	293
8.1	Contratos da Administração	293
8.2	Divergências doutrinárias	293
8.3	O contrato administrativo como espécie do gênero contrato	295
8.4	Traços distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado	297
8.5	Direito positivo	300
8.5.1	Normas constitucionais	300
8.5.2	Legislação ordinária	300
8.6	Características dos contratos administrativos	302
8.6.1	Presença da Administração Pública como Poder Público	302
8.6.2	Finalidade pública	302
8.6.3	Obediência à forma prescrita em lei	303
8.6.4	Procedimento legal	306
8.6.5	Contrato de adesão	307
8.6.6	Natureza <i>intuitu personae</i>	308
8.6.7	Presença das cláusulas exorbitantes	308
8.6.7.1	Exigência de garantia	308
8.6.7.2	Alteração unilateral	309
8.6.7.3	Rescisão unilateral	311
8.6.7.4	Fiscalização	312
8.6.7.5	Aplicação de penalidades	312
8.6.7.6	Anulação	314
8.6.7.7	Retomada do objeto	316
8.6.7.8	Restrições ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	316
8.6.8	Mutabilidade	317
8.6.8.1	Álea administrativa: alteração unilateral do contrato	319
8.6.8.2	Álea administrativa: fato do príncipe	320
8.6.8.3	Álea administrativa: fato da administração	320
8.6.8.4	Álea econômica: teoria da imprevisão	323
8.7	Rescisão do contrato administrativo	325

8.8	Modalidades de contratos administrativos.....	326
8.8.1	Concessão.....	327
8.8.1.1	Conceito e modalidades.....	327
8.8.1.2	Natureza jurídica.....	329
8.8.1.3	Concessão de serviço público.....	330
8.8.1.3.1	Evolução.....	330
8.8.1.3.2	Conceito e características.....	333
8.8.1.3.3	Concessão, permissão e autorização de serviço público.....	340
8.8.1.4	Parcerias público-privadas.....	343
8.8.1.4.1	Direito positivo.....	343
8.8.1.4.2	Conceito e modalidades.....	345
8.8.1.4.3	Concessão patrocinada.....	346
8.8.1.4.4	Concessão administrativa.....	349
8.8.1.4.5	Traços comuns à concessão patrocinada e à concessão administrativa.....	352
8.8.1.4.6	Da licitação.....	355
8.8.1.4.7	Procedimento de manifestação de interesse.....	360
8.8.1.4.8	Normas aplicáveis apenas à União.....	363
8.8.1.5	Concessão de obra pública.....	368
8.8.1.6	Concessão de uso.....	369
8.8.2	Contratos de obra pública e de prestação de serviços.....	369
8.8.2.1	Empreitada.....	371
8.8.2.2	Administração contratada.....	373
8.8.2.3	Tarefa.....	373
8.8.2.4	Serviços de publicidade.....	374
8.8.3	Contrato de fornecimento.....	375
8.9	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	376
8.10	Contrato de gestão.....	377
8.11	Convênio.....	379
8.12	Consórcio administrativo.....	386
8.13	Terceirização.....	388
8.14	Contratos em Regime Diferenciado de Contratação (RDC).....	396
8.14.1	Regime jurídico.....	396
8.14.2	Regime de contratação integrada.....	397
8.14.3	Convocação para assinatura do contrato.....	398
8.14.4	Remuneração variável.....	398
8.14.5	Contratações simultâneas.....	399
Capítulo 9	Licitação.....	411
9.1	Conceito.....	411
9.2	Direito positivo.....	412
9.3	Princípios.....	414
9.3.1	Princípio da igualdade.....	415
9.3.2	Princípio da legalidade.....	421
9.3.3	Princípio da impessoalidade.....	422
9.3.4	Princípio da moralidade e da probidade.....	422
9.3.5	Princípio da publicidade.....	422

9.3.6	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	423
9.3.7	Princípio do julgamento objetivo	424
9.3.8	Princípio da adjudicação compulsória	424
9.3.9	Princípio da ampla defesa	425
9.3.10	Princípio da licitação sustentável	425
9.4	Obrigatoriedade de licitação	429
9.5	Dispensa e inexigibilidade	430
9.6	Modalidades	446
9.6.1	Concorrência	449
9.6.2	Tomada de preços	450
9.6.3	Convite	452
9.6.4	Concurso	453
9.6.5	Leilão	453
9.6.6	Pregão	454
9.6.7	Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	455
9.7	Procedimento	456
9.7.1	Procedimento da concorrência	457
9.7.1.1	Edital	458
9.7.1.2	Habilitação	459
9.7.1.3	Classificação	464
9.7.1.4	Homologação	467
9.7.1.5	Adjudicação	467
9.7.2	Procedimento da tomada de preços	468
9.7.3	Procedimento do convite	469
9.7.4	Procedimento do concurso	469
9.7.5	Procedimento do leilão	469
9.7.6	Procedimento do pregão	470
9.7.7	Procedimento para contratação de serviços de publicidade	473
9.8	Sistema de registro de preços	476
9.9	Anulação e revogação	482
9.10	Recursos administrativos	483
9.11	Licitação no Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	485
9.11.1	Direito positivo	485
9.11.2	Principais inovações	487
9.11.3	Objetivos da licitação	487
9.11.4	Princípios da licitação	487
9.11.5	Restrições à publicidade do orçamento estimado	488
9.11.6	Comissão de licitação	489
9.11.7	Procedimento da licitação	489
9.11.8	Procedimentos auxiliares das licitações	500
9.11.9	Pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos	507
9.11.10	Sanções	508
Capítulo 10	Administração Indireta	519
10.1	Descentralização	519
10.1.1	Descentralização e desconcentração	519
10.1.2	Descentralização política e administrativa	519
10.1.3	Modalidades de descentralização administrativa	520

10.1.3.1	Descentralização territorial	520
10.1.3.2	Descentralização por serviços	521
10.1.3.3	Descentralização por colaboração	522
10.1.4	Evolução.....	523
10.1.5	A descentralização administrativa no direito positivo brasileiro.....	525
10.1.5.1	A confusão do legislador.....	525
10.1.5.2	A expressão Administração Indireta na Constituição	528
10.2	Entidades da Administração Indireta	529
10.2.1	Modalidades e natureza jurídica.....	529
10.2.2	Regime jurídico.....	529
10.3	Autarquias	534
10.3.1	O vocábulo autarquia	534
10.3.2	Evolução no direito brasileiro	534
10.3.3	Conceito e características	535
10.3.4	Posição perante a Administração Pública e terceiros	536
10.3.5	Classificação	537
10.4	Fundação.....	540
10.4.1	Natureza jurídica e conceito.....	540
10.4.2	Fundação de direito privado	542
10.4.3	Direito positivo brasileiro.....	544
10.4.4	Fundação de direito público.....	547
10.5	Empresas estatais.....	549
10.5.1	Alcance da expressão	549
10.5.2	Distinção quanto ao tipo de atividade	549
10.5.3	Sociedade de economia mista, empresa pública e subsidiárias	552
10.5.3.1	Estatuto jurídico	552
10.5.3.2	Conceito legal	556
10.5.3.3	Traços comuns.....	559
10.5.3.4	Traços distintivos	563
10.5.3.5	Regime jurídico	566
10.5.3.6	Órgãos de Administração	567
10.5.3.7	Função social	569
10.5.3.8	Responsabilidade e controle interno	571
10.5.3.9	Licitação	573
10.5.3.10	Contratos.....	578
10.5.3.11	Fiscalização	579
10.6	Normas comuns às entidades da Administração Indireta.....	580
10.7	Privilégios próprios das autarquias e fundações públicas.....	587
10.8	Natureza jurídica dos bens das entidades da Administração Indireta.....	588
10.9	Agências	590
10.9.1	Considerações gerais.....	590
10.9.2	Agência executiva	592
10.9.3	Agência reguladora	594
10.10	Consórcio público.....	599
10.10.1	Considerações gerais.....	599
10.10.2	Conceito e natureza jurídica	602
10.10.3	Constituição, alteração e extinção do consórcio	604
10.10.4	Contratos de rateio	607

10.10.5	Contratos de programa e convênios de cooperação	607
10.11	Controle administrativo ou tutela das entidades da Administração Indireta.....	610
capítulo 11	Entidades Paraestatais e Terceiro Setor	623
11.1	A expressão entidade paraestatal	623
11.2	Aproximação entre entidades paraestatais e terceiro setor.....	626
11.3	As entidades paraestatais no direito positivo	630
11.4	Serviços sociais autônomos	633
11.5	Entidades de apoio.....	635
11.6	Organizações sociais.....	641
11.7	Organizações da sociedade civil de interesse público	649
11.8	Organizações da sociedade civil.....	654
11.8.1	Abrangência da Lei nº 13.019/14.....	654
11.8.2	Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação.....	656
11.8.3	Do chamamento público	657
11.8.3.1	Providências preliminares.....	657
11.8.3.2	Procedimento do chamamento público.....	658
11.8.3.3	Dispensa e inexigibilidade do chamamento público.....	660
11.8.4	Da celebração do termo de colaboração e do termo de fomento.....	661
11.8.5	Das vedações	663
11.8.6	Das contratações realizadas pelas organizações da sociedade civil	663
11.8.7	Medidas moralizadoras.....	664
Capítulo 12	Órgãos Públicos.....	673
12.1	Teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos.....	673
12.2	Conceito	674
12.3	Natureza	675
12.4	Classificação.....	676
Capítulo 13	Servidores Públicos.....	679
13.1	Terminologia.....	679
13.2	Agentes públicos.....	680
13.2.1	Agentes políticos.....	680
13.2.2	Servidores públicos	683
13.2.3	Militares	686
13.2.4	Particulares em colaboração com o Poder Público.....	689
13.3	Cargo, emprego e função	690
13.4	Normas constitucionais.....	692
13.4.1	Regime jurídico do servidor	692
13.4.2	Direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas	694
13.4.3	Condições de ingresso	694
13.4.4	Sistema remuneratório dos servidores públicos.....	702
13.4.4.1	Normas constitucionais pertinentes à remuneração ou vencimento....	703
13.4.4.2	Regime de subsídios.....	706
13.4.4.2.1	Agentes públicos em regime de subsídio	708
13.4.4.2.2	Competência para fixação e alteração dos subsídios...	709
13.4.4.2.3	Subsídios para os servidores organizados em carreira.....	710

13.4.4.3	Normas comuns à remuneração e aos subsídios	711
13.4.4.3.1	Fixação e alteração da remuneração e do subsídio....	711
13.4.4.3.2	Teto das remunerações e subsídios	712
13.4.4.3.3	Irredutibilidade de remuneração e subsídio	717
13.4.5	Direito de greve e de livre associação sindical.....	718
13.4.6	Proibição de acumulação de cargos	721
13.4.7	Aposentadoria e pensão.....	725
13.4.7.1	Regime previdenciário.....	725
13.4.7.2	Princípios da reforma previdenciária	726
13.4.7.3	Regimes previdenciários diferenciados.....	729
13.4.7.4	Modalidades de aposentadoria.....	733
13.4.7.5	Valor dos proventos de aposentadoria voluntária e das pensões.....	744
13.4.7.6	Disposições transitórias.....	746
13.4.7.7	Previdência complementar	750
13.4.7.8	Contagem de tempo para aposentadoria	752
13.4.8	Estabilidade	753
13.4.9	Afastamento para exercício de mandato eletivo.....	758
13.4.10	Direitos sociais.....	758
13.4.11	Limites de despesa com pessoal	759
13.4.12	Limites decorrentes da Emenda Constitucional nº 95/16.....	763
13.5	Provimento e investidura	764
13.6	Vacância.....	768
13.7	Direitos e deveres	769
13.8	Responsabilidade.....	772
13.8.1	Responsabilidade civil.....	774
13.8.2	Responsabilidade administrativa	776
13.8.3	Responsabilidade penal	778
13.8.4	Comunicabilidade de instâncias.....	779
Capítulo 14	Processo Administrativo.....	795
14.1	Processos estatais	795
14.2	Processo administrativo	796
14.3	Processo e procedimento	797
14.4	Modalidades.....	798
14.5	Processo administrativo eletrônico	800
14.6	Princípios	802
14.6.1	Princípio da publicidade.....	803
14.6.2	Princípio da oficialidade.....	804
14.6.3	Princípio da obediência à forma e aos procedimentos.....	805
14.6.4	Princípio da gratuidade	805
14.6.5	Princípio da ampla defesa e do contraditório	806
14.6.6	Princípio da atipicidade.....	808
14.6.7	Princípio da pluralidade de instâncias.....	809
14.6.8	Princípio da economia processual.....	810
14.6.9	Princípio da participação popular.....	811
14.7	Processo administrativo disciplinar	813
14.8	Processo sumário	815
14.8.1	Sindicância	815

14.8.2	Verdade sabida.....	816
Capítulo 15	Responsabilidade Extracontratual do Estado	821
15.1	Delimitação do tema.....	821
15.2	Evolução	822
15.2.1	Teoria da irresponsabilidade	822
15.2.2	Teorias civilistas	823
15.2.3	Teorias publicistas	824
15.3	Direito positivo brasileiro	826
15.4	Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade	829
15.5	Responsabilidade do Estado por omissão.....	831
15.6	Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de leis e regulamentos	834
15.7	Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais	839
15.8	Reparação do dano	841
Capítulo 16	Bens Públicos	849
16.1	Evolução	849
16.2	Classificação.....	850
16.3	Bens do domínio público do Estado	852
16.3.1	Conceito.....	852
16.3.2	Natureza jurídica	853
16.3.3	Modalidades.....	854
16.3.4	Regime jurídico.....	855
16.4	Bens do domínio privado do Estado ou bens dominicais	856
16.4.1	Conceito.....	856
16.4.2	Características.....	857
16.4.3	Regime jurídico.....	858
16.5	Alienação.....	862
16.5.1	Alienação dos bens de uso comum e de uso especial	862
16.5.2	Alienação dos bens dominicais	863
16.6	Uso de bem público por particular	868
16.6.1	Uso normal e uso anormal	868
16.6.2	Uso comum	869
16.6.3	Uso privativo	871
16.6.3.1	Conceito e características.....	871
16.6.3.2	Instrumentos estatais de outorga de uso privativo	873
16.6.3.3	Autorização, permissão e concessão.....	873
16.6.3.4	Uso privativo de bens imóveis da União.....	879
16.6.3.5	Tutela do uso privativo	886
16.7	Formação do patrimônio público	888
16.8	Bens públicos em espécie.....	892
16.8.1	Direito positivo.....	892
16.8.2	Terrenos reservados	892
16.8.3	Terrenos de marinha e seus acréscidos.....	896
16.8.4	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	897
16.8.5	Terras devolutas	898
16.8.5.1	Evolução da propriedade rural no Brasil	898
16.8.5.2	Conceito e natureza jurídica.....	900

16.8.5.3	Titularidade.....	902
16.8.5.4	Processo de discriminação.....	903
16.8.6	Faixa de fronteira.....	904
16.8.7	Ilhas.....	905
16.8.8	Águas públicas.....	905
16.8.9	Minas e jazidas.....	908
16.8.9.1	Conceito.....	908
16.8.9.2	Sistemas de exploração e aproveitamento das jazidas.....	909
16.8.9.3	Evolução no direito brasileiro.....	909
16.8.9.4	Sistema atual.....	910
Capítulo 17	Controle da Administração Pública.....	921
17.1	Conceito e abrangência.....	921
17.2	Espécies.....	922
17.3	Controle administrativo.....	924
17.3.1	Conceito e alcance.....	924
17.3.2	Recursos administrativos.....	924
17.3.2.1	Conceito, efeitos e fundamento.....	924
17.3.2.2	Modalidades.....	926
17.3.2.3	Coisa julgada administrativa.....	931
17.3.2.4	Prescrição administrativa.....	932
17.4	Controle legislativo.....	934
17.4.1	Alcance.....	934
17.4.2	Controle político.....	934
17.4.3	Controle financeiro.....	936
17.5	Controle judicial.....	938
17.5.1	Sistema de unidade de jurisdição.....	938
17.5.2	Limites.....	939
17.5.3	Controle judicial das políticas públicas.....	940
17.5.3.1	Conceito de políticas públicas e competência para sua definição e execução.....	940
17.5.3.2	Controle das políticas públicas pelo Poder Judiciário.....	942
17.5.4	A Administração Pública em juízo.....	947
17.5.5	Meios de controle.....	961
17.5.5.1	<i>Habeas corpus</i>	962
17.5.5.2	<i>Habeas data</i>	963
17.5.5.3	Mandado de injunção.....	966
17.5.5.3.1	Controvérsias quanto à origem.....	966
17.5.5.3.2	Objeto do mandado de injunção.....	967
17.5.5.3.3	A solução adotada pela Lei nº 13.300/16.....	970
17.5.5.3.4	Pressupostos.....	970
17.5.5.3.5	Mandado de injunção individual ou coletivo.....	971
17.5.5.3.6	Anotações quanto ao processo.....	972
17.5.5.3.7	Competência para julgamento.....	974
17.5.5.4	Mandado de segurança individual.....	975
17.5.5.4.1	Origem.....	975
17.5.5.4.2	Conceito e pressupostos.....	975

	17.5.5.4.3	Restrições	980
	17.5.5.4.4	Anotações quanto ao processo	984
	17.5.5.4.5	Prazo	990
17.5.5.5		Mandado de segurança coletivo	991
17.5.5.6		Ação popular	995
	17.5.5.6.1	Evolução	995
	17.5.5.6.2	Conceito e pressupostos	996
	17.5.5.6.3	Sujeito ativo e passivo	999
	17.5.5.6.4	Posição do Ministério Público	1001
	17.5.5.6.5	Objeto	1002
	17.5.5.6.6	Anotações quanto ao processo	1002
17.5.5.7		Ação civil pública	1004
	17.5.5.7.1	Origem e evolução	1004
	17.5.5.7.2	Comparação com ação popular e mandado de segurança coletivo	1005
	17.5.5.7.3	Pressupostos e conceito	1006
	17.5.5.7.4	Sujeito ativo e passivo	1007
	17.5.5.7.5	Funções do Ministério Público	1008
	17.5.5.7.6	Objeto	1008
	17.5.5.7.7	Anotações quanto ao processo	1009
Capítulo 18		Improbidade Administrativa	1021
18.1		Legalidade, moralidade e probidade	1021
18.2		Evolução no direito positivo	1023
18.3		Lei de Improbidade Administrativa	1027
	18.3.1	Competência para legislar sobre improbidade administrativa em função da natureza do ilícito e da sanção cabível	1027
	18.3.2	Concomitância de instâncias penal, civil e administrativa	1029
	18.3.3	Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa	1030
		18.3.3.1 Sujeito passivo	1030
		18.3.3.2 Sujeito ativo	1031
		18.3.3.3 Ocorrência de ato danoso	1036
		18.3.3.4 Elemento subjetivo: dolo ou culpa	1040
	18.3.4	Sanções	1041
	18.3.5	Procedimento administrativo	1043
	18.3.6	Ação judicial de improbidade administrativa	1044
Capítulo 19		Responsabilidade das Pessoas Jurídicas pela Prática de Atos Danosos Contra a Administração Pública	1053
19.1		Da Lei Anticorrupção	1053
19.2		Dos requisitos da responsabilização	1055
19.3		Responsabilização administrativa	1058
19.4		Do processo administrativo de responsabilização	1059
19.5		Do acordo de leniência	1060
19.6		Da responsabilização judicial	1063
19.7		Da cumulatividade de sanções	1065
19.8		Do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	1066

Capítulo 20	Arbitragem, Mediação e Autocomposição de Conflitos na Administração Pública	1071
20.1	Direito positivo.....	1071
20.2	A arbitragem na Administração Pública.....	1073
20.2.1	Das controvérsias doutrinárias	1073
20.2.2	Inovações da Lei nº 13.129, de 26-5-15, quanto à arbitragem na Administração Pública.....	1075
20.2.3	Direitos patrimoniais disponíveis	1076
20.2.4	Previsão de contratos de direito privado na Lei nº 8.666/93	1078
20.2.5	Matérias que podem ser submetidas à arbitragem.....	1079
20.2.6	Competência para autorizar a arbitragem.....	1080
20.2.7	Arbitragem de direito.....	1081
20.2.8	Conflito entre sigilo e publicidade	1082
20.3	Mediação	1083
20.4	Autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público	1084
20.4.1	Conceito e alcance.....	1084
20.4.2	Medidas de autocomposição de conflitos.....	1085
Bibliografia	1093
Índice Remissivo	1103

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).